JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO
JUCESP PROTOCOLO
0.085.904/23-5

CONTROLE INTERNET
031901839-3

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO: Re - ratificação - Outros; Consolidação da Matriz;				
NOME EMPRESARIAL: CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA			PORTE: Normal	
LOGRADOURO: ESTRADA ANTONIO ROSSI	NÚMERO: S/N	COMPLEMENTO: KM 0,4	CEP: 13350-000	
MUNICÍPIO: Elias Fausto	UF: SP	TELEFONE:	EMAIL:	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S): 0	CNPJ - SEDE: 64.812.373/0001-40	NIRE - SEDE: 3520974716-1		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA: NOME: LOUDERVIM LAGROTERIA (Sócio) ASSINATURA: DATA: 23/12/2022		VALORES RECOLHIDOS: DARE: R$ 227,63 DARF: R$,00	SEQ. DOC.: 1 / 1	

JUC ER 314 INDAIAT 09 JA PROTO

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP
ER 314 - AESCI
INDAIATUBA-SP
09 JAN 2023
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0103(154173)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
ER 314 - AESCI
DEFERIDO
09 JAN 2023
Renata Grecco
ASSESSORA TÉCNICA DE REGISTRO PÚBLICO
RG 22.028.662-0

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

( ) DBE
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros
( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
( ) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
9.981/23-8
JUCESP
09 JAN 2023
AESCI - INDAIATUBA

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
09 *1 23
23

CONVÊNIO INDAIATUBA

VISTO CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

SEM VALOR DE CERTIDÃO

RE-RATIFICAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA

"CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA"

ESP
- AESCI
IBA-SP
1 2023
COLO

Os abaixo assinados,

LOUDERVIM LAGROTERIA, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, sito à Rua Itapaiuna - de 701/702 ao fim, nº. 1165 – Casa 38 – Jardim Morumbi – CEP: 05707-001, portador da cédula de identidade RG nº. 3.855.969-9 SSP/SP e do CPF nº 610.113.048-72;

JOSÉ LUIZ BELLIX FAVRIN, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, engenheiro, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, sito à Rua Hilário Machado, nº. 29 - Jardim Virgínia Bianca – CEP: 02355-050, portador da cédula de identidade RG nº. 3.698.373 SSP/SP e do CPF nº. 047.890.918-72.

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob a denominação social de **"CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA"**, com **Matriz** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º **64.812.373/0001-40**, sito à Estrada Antonio Rossi, S/N – KM 0,4 – Bairro Tiburcio no município de Elias Fausto – SP, CEP: 13350-000, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.209.747.161 em sessão de 17 de agosto de 1987 e sua **Filial I**: inscrita no CNPJ sob nº. 64.812.373/0002-20, sito à Rua Arminda, nº. 93 – Sala 11 – Vila Olímpia no município de São Paulo – SP, CEP: 04545-100, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº. 35.903.657.499 em sessão de 21 de dezembro de 2009 resolvem assim, re-ratificar o contrato social:

1º Re-ratificação do nome do sócio no quadro de distribuição de quotas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Re-ratificação do nome do sócio LOUDERVIM LAGROTERIA no quadro de distribuição de quotas, mencionado na Cláusula Terceira da 16ª Alteração do

JUCESP

09 *1 23

23

VISTO
CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 649.141/22-2 em sessão de 21/12/2022:

Onde se lê:

O capital social é de **R$ 8.590.000,00** (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais), divididos em 8.590.000 (oito milhões, quinhentas e noventa mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, sendo destacado para a **Filial I** R$20.000,00 (vinte mil reais), ficando assim distribuído:

Sócios	Quotas	Capital social R$	Porcentagem
LOUDERVIM LAGROTERIA RENZETTE	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
JOSÉ LUIZ BELLIX FAVRIN	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
Total	**8.590.000**	**R$ 8.590.000,00**	**100%**

Parágrafo único - Nos termos da Lei Federal n.º10.406 art.1052 de 10 de Janeiro de 2.002 a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo que o sócio é responsável solidariamente pela integralização do capital social.

Leia-se:

O capital social é de **R$ 8.590.000,00** (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais), divididos em 8.590.000 (oito milhões, quinhentas e noventa mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, sendo destacado para a **Filial I** R$20.000,00 (vinte mil reais), ficando assim distribuído:

Sócios	Quotas	Capital social R$	Porcentagem
LOUDERVIM LAGROTERIA	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
JOSÉ LUIZ BELLIX FAVRIN	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
Total	**8.590.000**	**R$ 8.590.000,00**	**100%**

JUCESP
09 *1 23
23

VISTO CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

Parágrafo único - Nos termos da Lei Federal n.º10.406 art.1052 de 10 de Janeiro de 2.002 a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo que o sócio é responsável solidariamente pela integralização do capital social.

2º À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA

"CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA"

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **CELLIER ALIMENTOS DO BRASIL LTDA**, tendo sua sede à Estrada Antonio Rossi, S/N – KM 0,4 – Bairro Tiburcio, CEP: 13350-000, Elias Fausto, Estado de São Paulo.

A sociedade possui a **Filial I** na Rua Arminda nº 93, Sala 11, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.545-100;

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.

Parágrafo Segundo – A Matriz tem o início de suas atividades em 19 de outubro de 1990 e seu prazo de duração é indeterminado. A Filial I teve o início de suas atividades em 21 de dezembro de 2009;

CLÁUSULA SEGUNDA:

A **Matriz** tem por objeto social a exploração do ramo de fabricar, desenvolver, importar, exportar, representar ou sob qualquer outra forma comercializar produtos alimentícios,

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
09 *1 23
23

VISTO
CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

SEM VALOR DE CERTIDÃO

embalagens, matérias-primas, produtos químicos para aquecimento ou qualquer outro uso relacionado a alimentos e demais produtos correlatos a alimentos, prestar serviços relacionados às atividades definidas, além de participar de outras sociedades.
A **Filial I** tem por objeto social Escritório Administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O capital social é de **R$ 8.590.000,00** (oito milhões, quinhentos e noventa mil reais), divididos em 8.590.000 (oito milhões, quinhentas e noventa mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do país, sendo destacado para a **Filial I** R$20.000,00 (vinte mil reais), ficando assim distribuído:

Sócios	Quotas	Capital social R$	Porcentagem
LOUDERVIM LAGROTERIA	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
JOSÉ LUIZ BELLIX FAVRIN	4.295.000	R$ 4.295.000,00	50%
Total	**8.590.000**	**R$ 8.590.000,00**	**100%**

Parágrafo único - Nos termos da Lei Federal n.º 10.406 art.1052 de 10 de janeiro de 2.002 a responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, sendo que o sócio é responsável solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA:

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquiri-las.

CLÁUSULA QUINTA:

A responsabilidade dos sócios é restrita a importância do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406/2002, de 10 de janeiro de 2002 (CC/2002), mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

JUCESP
09 *1 23
23

VISTO
CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

SEM VALOR DE CERTIDÃO

CLÁUSULA SEXTA:

A administração da sociedade ficará a cargo de ambos os sócios os quais a representarão ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social sempre no interesse da sociedade, assinando em conjunto ou isoladamente, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, a ser fixada anualmente pelo consenso unânime na assembleia de sócios.

CLÁUSULA OITAVA:

O exercício social será coincidente com o ano calendário, terminado em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA NONA:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Os sócios não poderão ceder ou alienar por qualquer título sua respectiva quota a terceiro sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem, observado o seguinte:

JUCESP
09 *1 23
23
VISTO CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

I- Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

II- Findo a prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Parágrafo Único – Caso os demais sócios decidam adquirir as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da retirada do sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Qualquer dos sócios poderá ser excluído da sociedade, por justa causa, desde que:

a) Ocorra a violação das estipulações do contrato;

b) Ocorra incapacidade, ou seja, declarado judicialmente insolvente;

c) O sócio decaia da confiança do outro sócio por ausência para lugar incerto, perpetração de crime, má conduta, descrédito e outros fatos análogos;

d) Peça dissolução da sociedade e os demais sócios quiserem nela continuar;

e) Quaisquer outros atos de inegável gravidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, liquidação e extinção da sociedade, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
09 *1 23
23

VISTO CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

Parágrafo Primeiro - A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócio.

Parágrafo Segundo – A assembleia de sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores e/ou sócios, para tratar de assunto relevante para a sociedade.

Parágrafo Terceiro - As deliberações serão aprovadas por ¾ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quórum.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, aprovado pela Lei n.º 10.406/2002, supletivamente pelas normas das Sociedades Anônimas, aprovada pela Lei n.º 6.404/76 e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Declaram os administradores que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios do presente contrato fica eleito o Foro da Comarca de Elias Fausto/SP, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser. Os

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

09 1 23

23

VISTO CONFERIDO
RG: 22.028.662-0

casos omissos esgotados a via amigável, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, especialmente Lei Federal n.º 10.406, Art. 1052, de 10 de janeiro de 2002.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente em três vias de igual teor e efeito, para que produza os efeitos da lei.

Elias Fausto, 23 de dezembro de 2022.

LOUDERVIM LAGROTERIA

JOSE LUIZ BELLIX FAVRIN

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
9.981/23-8

JUCESP
09 JAN 2023
INDAIATUBA

SEM VALOR DE CERTIDÃO